

Diretor do Foro Dirley da Cunha Jr concede entrevista ao portal Bahia Notícias (Final)



O portal Bahia Notícias publicou nesta quarta-feira (15) uma entrevista da jornalista Cláudia Cardozo com o diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia, juiz federal Dirley da Cunha Júnior, na qual falou sobre os desafios em assumir a direção da Seccional frente ao corte orçamentário. Confira a última parte:

Como tem sido o relacionamento com a OAB? Os advogados reclamam muito dessa falta de estrutura? Compreendem o momento que a Justiça Federal vive aqui na Bahia? - A OAB tem uma relação institucional muito harmônica com a Justiça Federal. Estamos sempre em diálogo, em debate com seus dirigentes, tanto com o presidente da OAB quanto com as presidências das diversas comissões integrantes da OAB da Bahia, além das subseções da OAB localizadas no interior. Semana passada, por exemplo, atendi aqui a Comissão Previdenciária da OAB. Semana que vem, eu vou atender a comissão nova que foi criada, da Justiça Federal. Achei inovador a OAB criar a Comissão da Justiça Federal, exatamente pra estreitar mais ainda as relações institucionais. Mas claro que, individualmente os advogados se queixam - e justamente, corretamente, quem não se queixaria, né? - mas, ao mesmo tempo, compreendendo o cenário atual, o cenário de dificuldade da Justiça Federal no Brasil inteiro, especialmente na Bahia, onde os advogados aqui militam. Há sim uma conscientização muito grande por parte dos advogados. Mas eu encaro qualquer tipo de reclamação, de queixa, como algo absolutamente natural. Eles sabem que nós dependemos muito dos recursos públicos para a gente melhor servir a toda comunidade, especialmente ao próprio advogado, cuja profissão é fundamental, essencial à administração da Justiça, como a própria Constituição proclama no artigo 133, do texto constitucional.

O Supremo aprovou por 7 votos a 4 o aumento salarial dos ministros, que vai gerar um efeito cascata. A preocupação é com o orçamento. Vai ter recurso para pagar salários dos magistrados, caso venha a ocorrer esse aumento? - Na verdade essa iniciativa do Supremo foi para

inclusão no orçamento. O Supremo não chegou a encaminhar ainda um Projeto de Lei para o Congresso, porque a iniciativa compete ao próprio Supremo, é iniciativa privativa. O Congresso vai apreciar em suas duas casas, em sessões separadas e sucessivas. Então, a providência que nós tivemos recentemente no STF foi para incluir na proposta do orçamento geral da União. E o fundamento que o Supremo utiliza é de uma correção de mais de uma década. Os juízes são trabalhadores, os juízes têm filhos, os juízes precisam pagar suas despesas e os juízes de um modo geral, - eu falo em âmbito da União, porque cada estado tem sua política econômica -, os juízes da União estão há mais de dez anos sem nenhuma atualização monetária. Essa proposta do Supremo é de correção de 16 anos, é uma atualização monetária e não de reajuste real, acima da inflação. O problema é que, de fato, a sociedade interpreta como se fosse um aumento do ano, mas isso é um aumento retroativo, que compreende uma década sem qualquer atualização monetária.

O não reajuste do salário dos juízes federais há uma década seria perseguição? - Neste caso, hei de concordar que a resistência, a pretensão de atualização remuneratória da Justiça, pode sim estar associada a qualquer tipo de retaliação. Estou aqui apenas dando uma sugestão, baseado em um juízo de probabilidade. É diferente com relação ao limite estabelecido nos gastos, que foi um limite que se aplicou a todos, e diante desse limite, veio a imposição dos cortes. Quando se aplicou a todos, eu não vejo muita relação. Mas a resistência à pretensão de uma remuneração, ou da atualização monetária dos valores concedentes aos juízes, eu vejo de uma certa forma, reitero, nesse juízo de probabilidade, uma tentativa de retaliação sim, da magistratura federal.

Gostaria de deixar o espaço em aberto aqui para considerações finais. - Eu falo pela Justiça Federal. Eu fui procurador da República, membro do MPF já atuante aqui na esfera da Bahia por cinco anos, e pelo que eu tenho visto ao longo

de 20 anos é que a Justiça Federal, em razão do seu trabalho, em razão da sua dedicação, em razão até da sua respeitabilidade diante da sociedade, vem sendo muito acreditada. Há uma credibilidade institucional muito grande em relação à Justiça Federal. E isso, obviamente, é o resultado de uma atuação conjunta dos juízes, dos servidores, e obviamente dos próprios advogados, que são protagonistas e que nós servimos. Servimos ao jurisdicionado, temos a ideia de que estamos aqui para servir. Então, mesmo diante desse cenário de corte, de redução, de retaliação, eu acredito que a Justiça Federal vai continuar forte e vai continuar sendo respeitada pela sociedade, porque estamos, com todas as dificuldades, resistindo a todas elas. E vamos tentar, de uma forma criativa, manter nosso nível de credibilidade e de respeitabilidade para que todos os cidadãos que precisem da Justiça Federal estejam muito bem servido pela Justiça Federal, principalmente para o cidadão de baixa renda e de poucos recursos. Antes de virar diretor do foro, eu era juiz dos Juizados Especiais Federais. O contato que eu sempre tive nas audiências com as pessoas que me procuravam me deixava muito animado, porque eu via as pessoas saindo muito felizes com as sentenças proferidas pelos JEFs, pelo acolhimento que os JEFs sempre deram, principalmente os segurados da Previdência Social e das pessoas que necessitam da assistência social.

TRF1 expande PJe para Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e mais oito subseções judiciárias



A partir do dia 17 de setembro, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) será expandido para as demais classes cíveis em dez subseções judiciárias.

Na Bahia, as subseções que receberão a expansão do PJe são as de Bom Jesus da Lapa e Juazeiro, enquanto nos outros estados são: Tabatinga/AM, Tefé/AM, Barra do Garças/MT, Itaituba/PA, Redenção/PA, Tucuruí/PA, Parnaíba/PI e Picos/PI.

Os novos processos das classes processuais cíveis (exceto os de competência dos juizados especiais federais, as execuções fiscais, as execuções de título extrajudicial e seus incidentes, inclusive embargos à execução e embargos de terceiros), deverão tramitar no PJe.

A Portaria Presi 6597580, em que a decisão foi publicada, determina também a suspensão automática da atuação de processos físicos das classes processuais a partir da data de expansão.

Fonte: TRF1

VEJA COMO ECONOMIZAR NA HORA DE IMPRIMIR

Reduzir o consumo é transformar o mundo!

- 1 Dê preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação
- 2 Substitua o uso de documentos impressos por digitais
- 3 Imprima apenas o necessário
- 4 Revise os documentos antes de imprimir
- 5 Imprima os documentos no modo frente e verso
- 6 Reaproveite o papel que foi impresso apenas em um lado. Que tal um bloco de rascunho?
- 7 Utilize a Ecofont. Economiza 20% de tinta e mantém a legibilidade da impressão



Sustentabilidade na SJBA
Conceito original: UFSC

Na Seção Judiciária da Bahia são consumidas em média 8.181.000 folhas de papel A4 por ano. **Conscientize-se!**

Aniversariantes - Hoje: Fabio Valois Ferreira (Juazeiro), Lorena Assis Rizério (Vitória da Conquista) e Gilcelia de Cassia Pires dos Santos (NUCJU). **Amanhã:** Antonio Magela França de Lima (10ª Vara), Geraldo Carlos Carvalho Santos Júnior (Teixeira de Freitas), Aissa Maira Santos e Silva (Vitória da Conquista) e Ligiane Silva dos Santos (18ª Vara). **Parabéns!**